

(...continuação)

Aos Administradores da **Prodent Assistência Odontológica Ltda.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações Contábeis da **Prodent Assistência Odontológica Ltda.**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Prodent Assistência Odontológica Ltda.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela

elaboração e a adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 27 de março de 2018.

PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S

CRC ZSP 002000/O-0 - Member

Milton Miranda Rodrigues - Sócio-Diretor - Contador CRC 1SP 112905/O-5

MP emperra e põe em xeque reforma trabalhista para todos os contratos

Maia dá prazo de recebimento de texto até terça; comissão não tem presidente nem relator

Medida enviada por Temer ao Congresso deve caducar no dia 23; especialistas veem risco de judicialização

ANAÍS FERNANDES
DE SÃO PAULO

LAÍS ALEGRETTI
DE BRÁSILIA

A medida provisória com ajustes na reforma trabalhista emperra no Congresso e põe em xeque a validade das novas regras para contratos assinados antes das mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em vigor desde novembro. O entendimento de que a nova lei rege todos os contratos está na medida provisória 808, editada pelo presidente Michel Temer no fim do ano passado. O texto foi envi-

ado aos parlamentares em razão de um acordo para que o Senado aprovasse a reforma. Com vigência máxima de 120 dias, a medida provisória deverá caducar. Para virar lei, ela precisa ser aprovada até o dia 23 de abril. A comissão mista instalada para analisar a matéria, no entanto, ainda não escolheu presidente nem relator. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou ao colegiado que só receberá o projeto de conversão em lei até terça-feira (3). Se fosse votada pela comissão, a MP ainda teria de passar pela análise dos plenários das duas Casas. Maia define a pauta da Câmara. Sem a aprovação da MP, especialistas veem brechas para judicialização. “O entendimento cai e volta a dúvida, porque ficará de acordo com a interpretação de

cada caso concreto no Judiciário. O TST [Tribunal Superior do Trabalho] pode vir a definir isso por súmula, mas, enquanto não for feito, há uma total insegurança jurídica”, afirmou Otavio Pinto e Silva, professor da USP e sócio do escritório Siqueira Castro. O MPT (Ministério Público do Trabalho) defenderá a tese de que a reforma só tem valor para os novos contratos. “No ponto de vista do Ministério Público [do Trabalho], agora está claro que a reforma não se aplica aos contratos vigentes à época da implementação da reforma trabalhista”, disse o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury. Possíveis questionamentos em relação às normas em vigor durante o período da MP 808 vão exigir uma pacificação da matéria. Segundo o advogado traba-

lhista Francisco de Assis Brito, o Congresso terá de disciplinar posteriormente, por decreto legislativo, como ficam as relações que se concretizaram nesses quatro meses. “Falava-se que a reforma trabalhista traria segurança jurídica, mas tudo o que trouxe foi o mais absoluto caos normativo”, afirmou o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, presidente nacional de Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). **SALVAGUARDAS** Além da questão da abrangência da lei, a medida também altera pontos considerados polêmicos no texto original, como a jornada de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso e as condições de atividade de gestantes e lactantes. Um dos principais proble-

mas para o procurador-geral do Trabalho é a regra previdenciária dos trabalhadores intermitentes. “Simplesmente o trabalhador intermitente ficará sem nenhuma regra em relação à Previdência Social”, disse Fleury. A MP estabelece que o trabalhador intermitente que recebe menos de um salário mínimo tem de fazer contribuição complementar. Sem essas regras, esse trabalhador não terá cobertura para receber auxílio-doença ou salário-maternidade e também não terá o período contabilizado como tempo de contribuição para a aposentadoria, de acordo com o procurador-geral. “Apesar de a MP colocar uma regra totalmente absurda de complementação da Previdência, ela vinha arrumar algumas excrescências da reforma”, disse Fleury.

DIAS CONTADOS
As regras que devem cair sem a MP 808

Grávidas e lactantes
A nova lei permitiu que elas trabalhassem em ambientes insalubres se o risco fosse considerado baixo por um médico, mas a MP disse que as mulheres devem ser mantidas afastadas

Trabalho intermitente
A MP prevê quarentena (vigente até dez.2020) de 18 meses para migração de contrato por prazo indeterminado para intermitente, além de garantir benefícios como auxílio-doença

Jornada 12 x 36
O texto original permitia que o trabalhador negociasse com o empregador jornadas de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, mas a MP restringiu ao setor de saúde

Autônomos
A MP acabou com cláusula de exclusividade, em que contrato não configurava relação de emprego

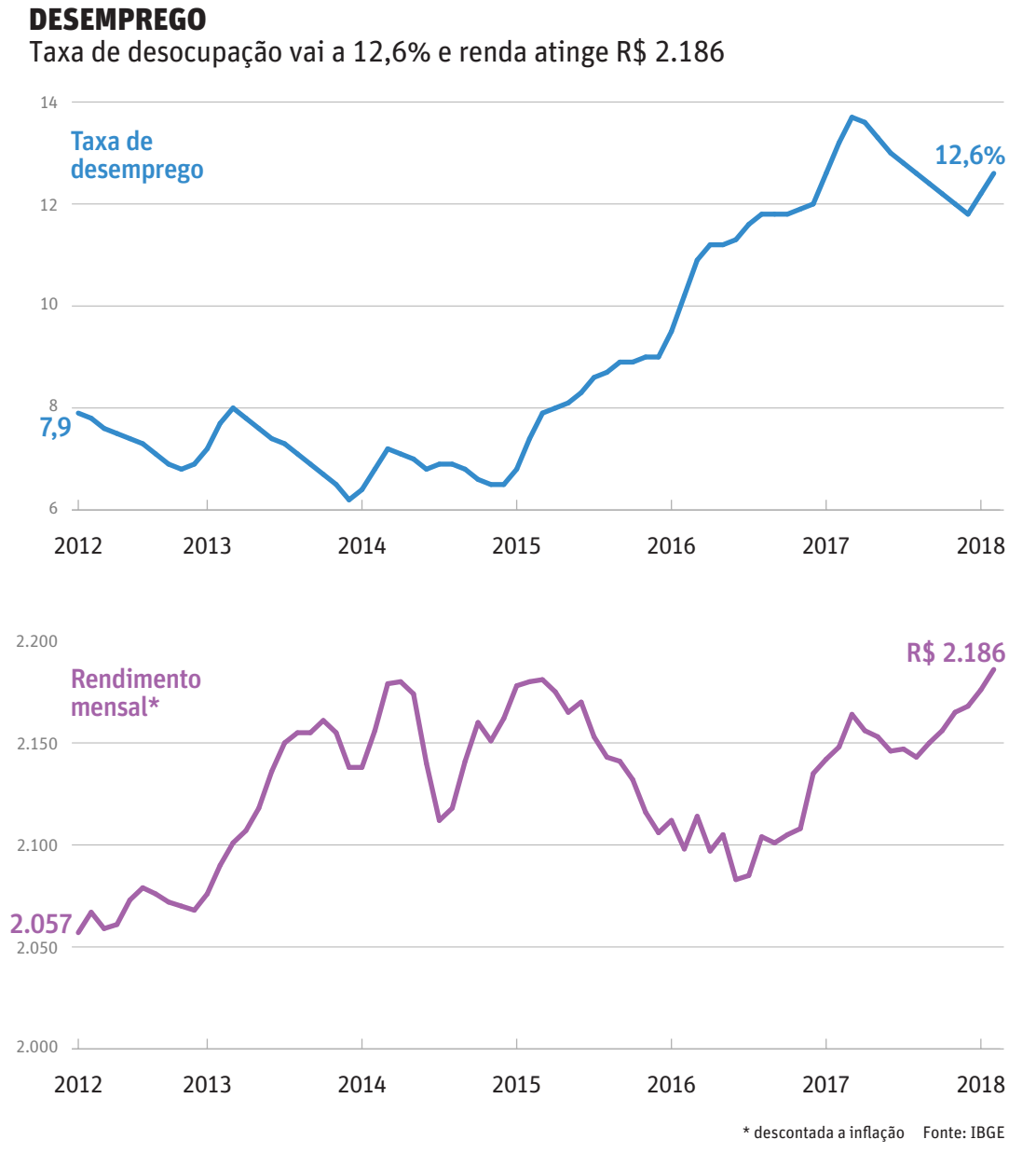
Desemprego sobe para 12,6% e trabalho informal registra alta de 5% no Brasil

FILIPE OLIVEIRA
FLAVIA LIMA
DE SÃO PAULO

O desemprego voltou a crescer no país e atingiu 12,6% no trimestre entre dezembro e fevereiro, segundo dados divulgados nesta quinta (29). No total, são 13,1 milhões de desocupados, a pior marca desde o período de três meses findo em julho de 2017. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a piora do cenário se deve à demissão dos funcionários temporários contratados no fim de 2017. “Sempre no primeiro trimestre do ano a taxa tende a subir”, disse o coordenador da pesquisa, Cimar Azeredo. Na comparação com igual trimestre do ano passado, a taxa de desemprego caiu 0,6%. Para, Sarah Bretones, da MCM Consultores, o quadro mais recente do mercado de trabalho é neutro. “Ele mostra que o mercado de trabalho está melhor, mas num ritmo mais lento, já que tudo ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior”, diz ela.

Por enquanto, a recuperação continua sendo puxada pelo emprego informal. Os profissionais sem carteira somaram 10,761 milhões, o que corresponde a uma alta de 5% na comparação anual. Já o número de trabalhadores com carteira assinada caiu 1,8% em relação ao mesmo período de 2017, chegando ao menor nível da série histórica iniciada em 2012 (33,126 milhões). Na comparação com o trimestre anterior, no entanto, o trabalho sem carteira é que teve a queda mais forte: de 3,6%, o que reforça a percepção de que os temporários contratados no fim de 2017 não foram efetivados. Embora os informais registrem, em média, salário inferior aos trabalhadores com carteira, a renda por empregado segue em alta e chegou a R\$ 2.196 em fevereiro, descontada a inflação. Nos três meses até janeiro, o salário médio era R\$ 2.176 e R\$ 2.148 no mesmo período do ano anterior. Por setor, indústria e serviços domésticos tiveram os maiores ganhos salariais.

Para Bretones, da MCM, a expansão do rendimento deve ficar próxima de zero em 2018. Mas o emprego formal deve começar a apresentar crescimento na comparação anual nas próximas divulgações, repercutindo, com defasagem, a melhora gradual da atividade econômica. “É natural, após um período tão prolongado de recessão e incerteza dos empregadores”, diz a economista. A equipe da consultoria Rosenberg também espera melhora adicional na taxa de desocupação nos próximos meses, seguindo a tendência observada a partir do segundo trimestre de 2017. De modo geral, diz a consultoria, a qualidade do emprego também deve ser superior à registrada em 2017, com melhora do emprego formal. Por segmentos, a reação mais forte deve vir da indústria. Ainda assim, não há pressões à vista sobre a inflação. O Itaú espera que a taxa de desemprego recue para 11,7% ao fim de 2018 e para 10,7% ao fim de 2019, com uma contribuição cada vez mais relevante do emprego formal.



» **BAGATELA** Rimac C2, veículo elétrico com alto grau de autonomia e avaliado em US\$ 2,1 milhões (R\$ 7 milhões), em exposição no Salão de Nova York, que abre as portas nesta sexta (30) para o público e termina em 8 de abril

VEÍCULOS AUTOGUIADOS Família de mulher atropelada por carro autônomo faz acordo com Uber

DA REUTERS - A família da mulher que morreu atropelada por um carro autônomo da Uber no Arizona (Estados Unidos) fechou acordo com a empresa, encerrando uma potencial batalha judicial. Cristina Perez Hesano, advogada do escritório Bellah Perez em Glendale, Arizona, disse que o assunto foi resolvido entre a Uber e a filha e o marido da vítima, Elaine Herzberg, que morreu após ser atropelada neste mês, perto do centro de Tempe.

Os termos do acordo não foram divulgados. A empresa de advocacia que representa a filha e o marido de Herzberg disse que não tinha nada a acrescentar e que considerava o assunto resolvido. Um porta-voz da Uber não comentou o caso. A Uber suspendeu seus testes com carros autônomos, assim como a Toyota e a fabricante de chip Nvidia, que aguardam os resultados da investigação sobre o acidente.